

## PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

(1889-1930)

O fim do século passado com a expansão da lavoura do café, o primeiro surto de industrialização, a urbanização progressiva, a imigração e a melhoria dos meios de comunicação começa a uma nova fase da política de desenvolvimento do país. O trabalho escravo teve que ser substituído pelo trabalho livre, o que desorganizou a economia agrícola.

Porém, a estrutura de poder se mantém: de um lado os donos do poder, das terras e meios de produção; de outro os demais. Isto faz com que as oligarquias regionais reprimam a esperança de democracia e o entusiasmo pela educação

oligarquia = (aristocracia rural + burguesia urbana, industrial e comercial)

A constituição de 1891 estabelece o federalismo descentralizador influenciado pelo positivismo dos militares da República e Benjamin Constant, quando ministro da Indústria, Correios e Telégrafos estabelece a laicidade do ensino nacional público ⇒ separar igreja do estado.

Observa-se que o ensino primário cresce de forma insignificante no período.

Neste período, o ensino da zona rural era visto como responsável pelo êxodo da população rural e a Escola normal permanece como competência dos estados e sem "status" definido.

O Estado de São Paulo fica líder nesta área com o colégio Caetano de Campos (que instituiu o método intuitivo e as inovações pedagógicas vindas do exterior).

O ensino secundário engloba o humanismo literário + humanismo científico ⇒ método enciclopedista e preparador dos ricos para o ensino superior.

O ensino técnico é visto como obra de benemerência e o ensino superior demonstra expansão de escolas isoladas de Direito, Medicina e Engenharia formando profissionais liberais. O crescimento dos estabelecimentos particulares foi maior em relação aos públicos. Com a República vencem as idéias de ampliação do direito de voto, laicização do ensino ministrado nas escolas e liberdade de crença e ensino.

O voto fica limitado ao alfabetizado.

A Primeira República pouco alterou a instrução pública. Permanecem vigorando a Constituição de 1891 e Ato Adicional de 1834 que prevêm a divisão de atribuições entre o governo central e os governos locais ⇒ Regime Federativo.

O ensino secundário das províncias só vai passar pelo crivo da equiparação com o Regime da união e uniformização no país com a primeira reforma republicana da instrução (B. Constant, 1890) e amplia-se com a segunda reforma (E. Pessoa, 1901), que estende a equiparação aos colégios estaduais, municipais e particulares.

Só com a terceira reforma (Rivadavia, 1911) as funções federais mudam. Cria-se a liberdade de ensino, a “desoficialização” da instrução popular.

As reformas Maximiliano (1915) e João Luís Alves (1925) vão tentar reverter o processo e retomar a atividade centralizadora da União.

A União continua a manter, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, a instrução primária e profissional ficam para os estados, e, o ensino secundário fica com a iniciativa particular.

A idéia de que a União deveria intervir no campo da educação ganha espaço com os movimentos nacionalistas que propunham a formação da consciência nacional e a luta contra o analfabetismo. Apesar disso, o Governo Federal permanece ausente da instrução popular, com poucas exceções, como no caso das escolas alemãs, as escolas de artífices, o ensino comercial e os patronatos agrícolas.

Fica evidente que a ausência de uma política nacional de instrução pública permanece nessa Primeira República.

Em 1890 cria-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos que vai durar um ano e a educação passa para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

E, em 1906 as escolas técnicas profissionais são transferidas para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Estado de São Paulo continua avançando na educação e organização do ensino público criando um modelo de escola normal, formadora de professores e um modelo de ensino primário com os “grupos escolares” = 4 séries e complementar de 2 ou 3 séries dependendo do destino do aluno

	<	escola normal
	<	curso secundário

Este ensino passa a aprimorar-se e a representar o acesso das mulheres para a vida produtiva.

O ensino profissional (industrial e agrícola) fica reservado aos órfãos e desvalidos porque havia desvalorização do trabalho manual, agrícola e ligado à industrialização primária.

Cabe salientar que o ensino agrícola desenvolveu-se antes em nível superior. Na década de 20 foram instituídos os “aprendizados agrícolas” com dois anos de duração e “escola média

agrícola” com três anos. Mas a ESALQ — Escola Agrícola de Piracicana, foi criada na primeira década deste século XX.

Em 1919 o governo federal cria o Patronato Agrícola que vai ministrar curso primário profissional para menores desvalidos. Mesmo com a vocação agrícola e exaltação do destino rural do país o ensino rural não se expandiu. O ensino comercial foi o que mais se expandiu na Primeira República.

Padrões pedagógicos, administrativos, legais, econômicos e sociais separavam as diferentes modalidades de ensino da Primeira República. Era comum no período as unidades autônomas sem articulação no ensino primário, complementar, normal, ensino técnico e o secundário e superior.

Era possível observar apenas dois sistemas:

1 - ensino primário, normal, técnico

2 - ensino secundário e superior

Cada um destinado a um tipo de clientela segundo sua origem social e econômica.

Isso reforça a idéia da necessidade de organização de um sistema nacional de ensino, com unidade e com política nacional.

A importância atribuída à educação escolar cresce sob influência da Europa e EUA onde a educação é vista como instrumento de reconstrução nacional, política e moral. O fim da década de 20 marca o período onde a educação era expressa pelas seguintes marcas:

“Entusiasmo pela Educação” (J. Nagle)

“Otimismo pedagógico”

Cria-se a ABE (Associação Brasileira de Educação) em 1924 que agremiou educadores de todo o país, divulgou idéias da educação nova como área técnica específica, forma uma consciência nacional sobre o papel do Estado na educação, expansão da escola pública, direito de todos à educação e ensino, enfim, uma política nacional de educação. Este ideário vai ser expresso em:

